

**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
XXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO  
TRABALHO SUBSTITUTO**

**2ª ETAPA  
1ª PROVA ESCRITA DISCURSIVA  
-26/05/2012-**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Utilize exclusivamente caneta de tinta **azul ou preta indelével**.
2. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
3. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas finais do próprio caderno de respostas.
4. É vedada a utilização de legislação comentada ou anotada e a consulta a obras doutrinárias. **Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.**
5. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de **corretivos e canetas hidrográficas fluorescentes bem como valer-se de rasuras**. Na hipótese de erro, o candidato deverá **utilizar a palavra "digo", não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.**
6. O prazo de quatro horas para a elaboração da prova **não será prorrogado**, sendo que o candidato poderá retirar-se da sala após a segunda hora do início, podendo levar o seu caderno de questões.
7. A prova é composta de 6 (seis) questões. As duas primeiras valem 2 (dois) pontos cada uma e as 4 (quatro) seguintes 1,5 (um e meio) pontos cada uma, conforme especificado nos enunciados.
8. Nenhum esclarecimento será prestado pela Banca Examinadora sobre as questões da prova

**BOA SORTE !**

**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
XXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO  
TRABALHO SUBSTITUTO**

**2ª ETAPA**

**1ª PROVA ESCRITA DISCURSIVA**

**-26/05/2012-**

**1ª QUESTÃO – 2 pontos**

Discorra sobre hermenêutica. Aplicação de normas e de princípios constitucionais e a atuação do juiz trabalhista. Dê 2 (dois) exemplos concretos: um referente à interpretação e aplicação de normas e outro à interpretação e aplicação de princípios constitucionais, apresentando os respectivos fundamentos.

**2ª QUESTÃO- 2 pontos**

O comportamento social vem sofrendo mudanças significativas, inclusive no mundo do trabalho. Qual a relação de tal ocorrência com a intensificação das demandas envolvendo alegação de assédio moral? O que caracteriza o assédio moral e o dano moral? Nestas ações o que pode ser objeto do pedido e o que deve ser objeto de prova? Quais os critérios para o arbitramento do valor?

**3ª QUESTÃO – 1.5 pontos**

Juiz do trabalho de uma cidade do interior do estado de São Paulo indefere pedido formulado pelo exequente para penhorar um imóvel pertencente à executada, sob o fundamento de que anteriormente fora objeto do decreto de indisponibilidade patrimonial da empresa, determinada por juiz do trabalho da cidade de Florianópolis nos termos do artigo 185 A do CTN, que considerou ser de aplicação supletiva na execução trabalhista -art. 889 da CLT, em razão dos inúmeros feitos executórios em andamento na Vara que preside, em cuja jurisdição não havia bens passíveis de constrição judicial. Diante desses fatos, pergunta-se:

- a) Esta decisão está correta, ou não? Fundamente.
- b) Qual recurso poderia ser interposto pelo exequente?

#### **4ª QUESTÃO- 1.5 pontos**

Carlos, professor concursado, contratado pelo regime da CLT por um determinado município, foi dispensado sem justa causa quando completou dois anos de contrato de trabalho. O empregador considerou não cumprido o dever de assiduidade, reprovando-o durante o período de estágio probatório. Não houve processo administrativo disciplinar para apuração do motivo do desligamento, nem procedimento de avaliação periódica de desempenho. Inconformado, o servidor impetrou mandado de segurança, que foi denegado. Carlos não recorreu da sentença proferida em MS, que transitou em julgado. Entretanto, dentro do biênio ajuizou reclamação trabalhista com o mesmo objeto: anular sua rescisão contratual por inexistência do procedimento de avaliação periódica de desempenho ou de prévio processo administrativo que lhe garantisse o direito à ampla defesa. A instrução processual demonstrou que o servidor cometeu as faltas alegadas pela administração pública.

Diante do quadro exposto, como poderia ser julgada a reclamação trabalhista ?

#### **5ª QUESTÃO – 1.5 pontos**

Explique em que consiste a atuação do Comitê de Liberdade Sindical criado pela OIT e sua influência no modelo de organização sindical existente no Brasil, especialmente ante o constante do artigo 8º da CF/88.

#### **6ª QUESTÃO- 1.5 pontos**

Discorra sobre a terceirização no direito do trabalho. Terceirização lícita e ilícita. Trabalho temporário. Contrato de facção. Responsabilidade do tomador em cada caso. Fundamente.